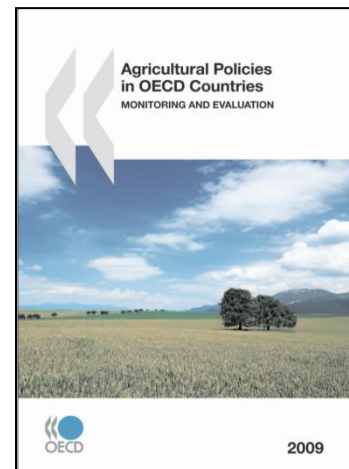


Agricultural Policies in OECD Countries 2009: Monitoring and Evaluation

Summary in Portuguese



Políticas Agrícolas nos Países da OCDE - 2009: Monitorização e Avaliação

Sumário em Português

Sumário Executivo

O apoio aos produtores nos países da OCDE encontra-se ao mais baixo nível desde 1986...

Em 2008, o apoio aos produtores na área da OCDE estava estimado em 265 mil milhões de Dólares Americanos ou 182 mil milhões de Euros, tal como medido pela Estimativa de Apoio ao Produtor (EAP). Tal equivale a 21% da receita bruta agregada dos produtores rurais da OCDE, revista em baixa de 22% em 2007 e 26% em 2006. O actual nível dos apoios aos produtores é o mais baixo que se registou desde meados da década de 1980.

*...reflectindo amplamente fortes
movimentos nos preços
mundiais*

A redução do apoio em 2008, tal como no ano precedente, deveu-se em grande parte aos preços agrícolas mundiais excepcionalmente elevados, mais do que as explícitas reformas políticas decididas pelos governos. Embora em queda na segunda de 2008, em geral os preços mundiais mantiveram-se acima das suas médias de longo prazo. Com preços mundiais elevados, as políticas de apoio aos preços internos e o apoio anticíclico geraram pequenas transferências e o apoio total aos produtores foi reduzido. No entanto, tal como no passado, a experiência mais recente mostra que uma vez que os preços mundiais começam a baixar de níveis extremamente elevados, a protecção das fronteiras e as medidas de apoio internas relacionadas com os preços tornam-se novamente activas.

*Em 2008, a economia global foi
gravemente atingida pela crise*

...

O período de referência foi marcado por desenvolvimentos excepcionais na economia global. A partir da segunda metade de 2008, a situação nos mercados financeiros piorou dramaticamente. A confiança dos empresários e dos consumidores e os preços das acções caíram em todo o mundo, a produção industrial e o comércio contraíram-se e o desemprego aumentou. Em 2008, o crescimento económico na área da OCDE abrandou significativamente, com o PIB real em queda a partir da segunda metade do ano em vários países. A profundidade e a difusão das dificuldades económicas não têm precedentes nos últimos 60 anos.

*...quando os preços dos
produtos de base começaram a
baixar dos seus picos históricos*

A crise financeira estalou numa altura em os preços nominais dos produtos de base atingiam os seus picos históricos. Em 2007, os preços dos produtos de base aumentavam rapidamente e atingiram níveis extremamente elevados em meados de 2008. O aumento de preço sublinhou nitidamente as consequências sociais da instabilidade do mercado de produtos de base. As preocupações sobre os impactos negativos dos elevados preços dos alimentos nos níveis da fome mundial e da pobreza aumentaram de forma significativa. Em meados de 2008, as tendências dos preços reverteram-se bruscamente com a descida

dos preços dos produtos de base para os níveis do início de 2007.

A agricultura pode sair-se melhor na crise do que outros sectores

As implicações da crise económica e financeira para o sector agrícola encontram-se ainda em evolução. Em grande parte, o impacto da crise em sectores específicos da economia irá depender da sua exposição às estritas condições de crédito e à queda da procura. A este respeito, na maioria dos países da OCDE a agricultura deverá sair-se melhor do que outros sectores devido à sua relativamente menor exposição financeira, à sua procura menos sensível à queda de rendimentos, ao existente conjunto de políticas de apoio, e, nalguns casos, às receitas acumuladas durante o período de preços elevados. Apesar da sua provável maior resistência, a agricultura irá sofrer provavelmente ajustes no contexto dos ajustes em toda a economia e do aumento da volatilidade dos preços dos produtos de base. É provável que um maior impacto na economia rural advenha da perda de postos de trabalho em sectores não-agrícolas, que irá reduzir as oportunidades de emprego não-agrícola e de rendimento para os agregados familiares de explorações agrícolas e outros agregados familiares rurais.

A instabilidade do Mercado e a crise económica suscitam acções de política especiais

Os governos dos países da OCDE reagiram à volatilidade dos preços dos produtos de base e ao “stress financeiro” causado pela crise. Alguns implementaram reduções de tarifas e de obstáculos à exportação de produtos agro-alimentares numa tentativa de atenuar o efeito dos elevados preços mundiais para os consumidores; outros também reduziram os direitos aduaneiros sobre os insumos de produção agrícola, introduziram subvenções aos insumos agrícolas ou disponibilizaram apoio directo a subsectores agrícolas específicos. Acções semelhantes foram tomadas num grande número de economias emergentes e em vias de desenvolvimento. Os impactos actuais dessas acções são pouco claros. As medidas tomadas em muitos países não visavam especificamente os consumidores pobres e, de facto, pode esperar-se que contribuam para a instabilidade nos mercados globais. No final de 2008, quando a gravidade da crise financeira e económica se tornou evidente, alguns países da OCDE anunciaram ou implementaram medidas especiais para facilitar o “stress financeiro” no sector, incluindo preferências do crédito, reduções de impostos e apoio directo suplementar.

*Vários países da OCDE
aprovaram alterações políticas
importantes...*

Nalguns países, houve igualmente desenvolvimentos importantes nos quadros de política agrícola. Na União Europeia, foi concluído o “Exame de Saúde” da Política Agrícola Comum e foram realizados progressos no que respeita à reforma de vários regimes sectoriais. Os Estados Unidos aprovaram uma nova lei agrícola para o período de 2008-12 – a *Farm Act*, também conhecida como *Food, Conservation and Energy Act* (Lei da Alimentação, Conservação e Energia). O Canadá chegou a um acordo sobre os elementos de gestão de risco empresarial do quadro estratégico *Growing Forward Framework* (*Quadro Cultivar o Futuro*) para o período de 2008-13.

*...com progresso variado na
reforma de políticas*

As alterações na União Europeia significam um passo à frente no que respeita à separação do apoio da produção, representado pela extensão do Regime de Pagamento Único (RPU). É dada maior flexibilidade aos estados-membros da U.E. relativamente aos gastos de alguns fundos deslocados do RPU. Tal pode melhorar a orientação das políticas, mas cria igualmente novos desafios para os estados-membros no que respeita à elaboração e implementação de medidas mais focalizadas. A nova lei agrícola (*Farm Act*) nos Estados Unidos não implica uma alteração radical nas políticas, mas amplia o número de produtos de base elegíveis ao apoio, aumenta várias taxas de empréstimo e preços-alvo e acrescenta um programa opcional anticíclico baseado nos rendimentos, o programa ACRE (Average Crop Revenue Election - Eleição Média da Receita de Culturas). Tendo em conta a incerteza relativa aos preços futuros e a como irá o programa ACRE funcionar, os efeitos de mercado não são ainda claros nesta fase.

*A gestão de riscos capta uma
especial atenção política...*

A União Europeia abriu a possibilidade de subsídios co-financiados a fundos de garantia e mutualistas e alguns novos estados-membros da U.E. introduziram programas de seguros subsidiados e financiados a nível nacional. Outros países melhoraram as medidas de risco associadas, incluindo as revisões e adições dos programas anticíclicos na nova lei agrícola dos E.U.A. (*Farm Act*) e a expansão do seguro contra catástrofes na Coreia. Muitos países da OCDE, especialmente o Canadá, estão a desenvolver quadros para assistência em caso de catástrofe mais

estáveis, embora permaneçam algumas medidas de urgência de relevo especiais. A eficiência das novas políticas de gestão de riscos em termos de frequência, montante da ajuda implícita, distorção na produção e potencial efeito de deslocamento de outras estratégias de gestão de riscos necessita uma sistemática avaliação profunda.

*...tal como as alterações
climáticas e a sustentabilidade
agro-ambiental*

As alterações climáticas e a disponibilidade de água são áreas de preocupação crescente nos países da OCDE. Alguns países aumentaram os fundos públicos para a investigação e monitorização das alterações climáticas ou introduziram estratégias e acções para a adaptação da agricultura. Muitos países continuaram a utilizar um leque de políticas para impulsionar a energia renovável a partir de matérias-primas agrícolas, apesar das incertezas relativas aos impactos sobre a procura de produtos de base, uso de água e atenuação das emissões de gases com efeito de estufa. A protecção e conservação do solo é ainda outra das prioridades para a política. Algumas novas medidas agro-ambientais dizem igualmente respeito a uma melhor gestão da água, redução da poluição e conservação da biodiversidade e da paisagem.

*Muitos países continuaram os
acordos bilaterais e regionais*

Durante o ano de 2008, foi realizado um trabalho intensivo sobre as modalidades para futuros compromissos relativos à agricultura nas negociações da OMC da Agenda de Doha para o Desenvolvimento. Até à data não se chegou a um acordo multilateral. No entanto, na Cimeira do G20, que teve lugar em Março de 2009, os países líderes confirmaram o seu empenho numa conclusão ambiciosa e equilibrada da Agenda de Doha para o Desenvolvimento da OMC. Durante o lento processo multilateral, muitos países da OCDE continuam com os seus acordos de comércio bilaterais e regionais.

*Os encargos globais da ajuda
agrícola baixaram em todos os
países da OCDE...*

No período de 2006-08, o apoio total ao sector agrícola, incluindo apoio ao produtor (PSE - Producer Support Estimate - Estimativa de Apoio ao Produtor), apoio a serviços gerais relacionados com a agricultura como é o caso da investigação, infra-estrutura, inspecção, marketing e promoção, bem como

subsídios aos consumidores, estimava-se em 368 mil milhões de Dólares Americanos (271 mil milhões de Euros). Tal equivale a 0.9% do PIB da OCDE, revisto em baixa de 2.5% relativamente ao período de 1986-88. A redução dos encargos do apoio à agricultura na economia global é característica a todos os países da OCDE e reflecte principalmente a redução da quota da agricultura nos respectivos PIBs.

...menos apoio associado à actual produção...

Juntamente com o declínio do apoio relativo, também as formas como é fornecido o apoio estão a mudar. Está a ser disponibilizado menos apoio com base no rendimento da produção de produtos de base ou insumos variáveis utilizados e, cada vez mais, com base noutros parâmetros, como a área ou o número de animais, e em relação aos níveis históricos ou fixados para esses parâmetros. Com o estreitamento da diferença entre os preços internos e os preços de referência (preço “à saída do país”) – caindo de 50% no período de 1986-88 (em média para a área da OCDE) para 16% no período 2006-08, é claramente óbvia uma redução na ajuda baseada na rentabilidade, embora os elevados preços mundiais também tenham desempenhado um papel importante nos anos mais recentes.

...e mais pagamentos fornecem aos agricultores uma maior flexibilidade, incluindo a ausência de obrigação de produzir

Alguns programas recentes vão ainda mais longe no que respeita a separar o apoio da produção. Os pagamentos efectuados aos agricultores estão menos condicionados à produção de um produto de base específico, seja permitindo um grupo de produtos de base ou qualquer produto de base a ser elegível ao pagamento. Além disso, no período de 2006-08 cerca de um quarto da ajuda total aos produtores na área da OCDE decorria de políticas que não obrigavam os agricultores a produzir qualquer produto de base para terem direito a receber a ajuda, especialmente pagamentos directos nos Estados Unidos ou pagamentos únicos na União Europeia. No entanto, o apoio específico aos produtos de base é significativo no que respeita ao arroz, açúcar e alguns produtos animais. No caso do arroz, tal apoio elevou-se a 60% das receitas totais da produção de arroz no período de 2006-08.

As políticas de apoio exigem cada vez mais que os agricultores adotem determinadas práticas de produção

O apoio está a tornar-se cada vez mais condicionado a exigências feitas aos produtores para que sigam determinadas práticas de produção com vista a objectivos mais vastos, como a preservação do ambiente, bem-estar animal ou segurança alimentar. Os pagamentos que implicam o preenchimento desse tipo de requisitos constituíam 4% do total da Estimativa de Apoio ao Produtor na OCDE, no período de 1986-88, uma percentagem que aumentou para 32% no período de 2006-08, com a maioria desses pagamentos a serem actualmente realizados na União Europeia. Entre os países da OCDE, a União Europeia, os Estados Unidos e a Suíça fornecem as quotas mais elevadas (aproximadamente 50%) do apoio total aos produtores com alguns tipos de restrições de insumos.

Apesar da redução, a maior parte do apoio distorcivo continua dominante e a reforma é desigual através dos países

Apesar de uma visível redução, quer no nível de apoio quer na quota das formas potencialmente mais distorcivas de apoio, as políticas consideradas como as mais distorcivas continuam a predominar na maioria dos países da OCDE. O apoio baseado na rentabilidade (que inclui igualmente a protecção das fronteiras) e o apoio baseado no uso sem condicionantes de insumos variáveis constituía 56% do total da Estimativa de Apoio ao Produtor na OCDE, no período de 2006-08. A reforma tem sido desigual: enquanto alguns países se encontram mais avançados no que respeita a implementar um apoio mais dissociado, outros apenas se encontram no início do processo. No período de 2006-08, o nível de apoio ao produtor nos países da OCDE variava muito: era de 1% na Nova Zelândia, 6% na Austrália, 10% no Estado Unidos, 13% no México, 18% no Canadá, 21% na Turquia, 27% na União Europeia, 49% no Japão, 58% na Islândia, 60% na Suíça, 61% na Coreia e 62% na Noruega.

As actuais condições económicas e de mercado criam novos desafios...

A crise económica global, competição mais serrada por recursos escassos, aumento de volatilidade de preços, e preocupações crescentes no que respeita à segurança alimentar a

nível mundial, todos estes aspectos são sinónimo de desafios para os responsáveis pela elaboração de políticas. Os actuais esforços dos governos para estimular a actividade económica também estão a sacar demasiadamente a capacidade contributiva de muitos países. Quando os países saírem da recessão, os governos terão que enfrentar situações fiscais mais difíceis, é provável que necessitem de rever mais as políticas sectoriais em muitas áreas, incluindo a agricultura.

*...e novas oportunidades para
reforma de políticas*

Se olharmos para a frente, essas condições podem representar uma oportunidade para os governos se certificarem que as suas acções de política são adequadas para reorientarem os seus objectivos das políticas em evolução de ordem económica, social e ambiental.

© OECD 2009

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

